

O que pensam os especialistas 2019, parte 1

Pesquisa com 147 profissionais e acadêmicos da Segurança Pública buscou identificar o que a comunidade entende como boas ou más práticas para o sistema de justiça criminal



Túlio Kahn

30 de junho de 2020

A pesquisa *O que pensam os especialistas* foi realizada em duas edições (2017 e 2019), com o objetivo de entender o que a comunidade que se dedica ao tema da segurança pública identifica como boas ou más práticas e sugestões para o sistema de justiça criminal.

Trata-se de uma pesquisa que utiliza amostra intencional, não probabilística e qualitativa, arremetida através das redes sociais do autor. Entre os 147 especialistas que participaram das pesquisas em 2017 e 2019, temos não apenas acadêmicos, mas também gestores de instituições de segurança pública e ativistas da área.

Para dar uma noção do perfil, do total de participantes temos 72,2% de homens, 71,1% com formação acima de mestrado, 81,6% atuando há 11 anos ou mais com o tema da segurança e idade média de 46,6 anos. Com relação à área de formação, 70,3% fizeram cursos de direito, sociologia, ciências policiais, economia, ciência política ou administração. Dos 147 participantes, 34 são oriundos das forças policiais.

Nas tabelas que se seguem, as colunas trazem sempre as seguintes informações: nº total de respondentes (“total”), o indicador “index” (respostas a favor menos respostas contra. Isto é, quanto maior este indicador, maior o apoio à afirmação do enunciado), porcentagem “totalmente a favor” entre especialistas policiais (“policial”), porcentagem “totalmente a favor” entre especialistas não policiais (“não policial”), teste de “X²” (lê-se Qui quadrado), para aferir a diferença entre os dois grupos, e probabilidade estatística (“prob”), mostrando quando estas diferenças são significativas.

A pesquisa como um todo aborda 10 tópicos: drogas, leis, Engenharia institucional, Sistema Prisional, Recursos Humanos, Setor Privado, Questões Operacionais, Segurança Municipal, Políticas Federais e Políticas Preventivas. Devido à extensão, em cada artigo nesta coluna cobriremos apenas dois tópicos, que serão divulgados quinzenalmente. Neste primeiro artigo abordaremos os temas drogas e engenharia institucional.

Políticas relacionadas a drogas

Políticas com relação às drogas sempre dividem a sociedade e o mesmo ocorre entre os especialistas em segurança pública. Alguns pontos parecem pacíficos, como, por exemplo, o uso do *canabidiol*, elemento encontrado na maconha, medicinalmente, a distribuição de medicamentos pelo SUS aos usuários e a questão da diferenciação na legislação entre traficante e usuário. Este último é tema relevante, pois a maior parte da população prisional no País cumpre pena por crimes relacionados a entorpecentes, mas que infelizmente não entrou no chamado “pacote anticrime”, aprovado pelo Congresso em 2019. Com relação ao uso do *canabidiol*, embora não haja uma legislação sobre o tema, a justiça tem liberado os pedidos de uso para algumas doenças específicas, com base em ações individuais.

As questões da legalização da maconha e do aumento às restrições para o consumo de álcool contam também com apoio majoritário dos especialistas. Observe-se, contudo, que entre os especialistas policiais o apoio à legalização da maconha cai significativamente e existem diferenças estatisticamente significantes com relação à opinião dos demais.

As políticas que receberam o menor apoio foram, por sua vez, o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, geralmente realizados em escolas públicas por policiais militares), a legalização de todas as drogas e a internação compulsória de usuários crônicos contra sua vontade. Note-se que nas três questões existem diferenças significativas de opinião entre especialistas policiais e não policiais. Policiais são proporcionalmente mais favoráveis ao PROERD e à internação compulsória de usuários crônicos, mas bem menos favoráveis à tese de legalização de todas as drogas. Vale assinalar que a literatura científica que avaliou o PROERD chegou a resultados decepcionantes e as evidências são desfavoráveis ao programa.

Tabela 1 - Qual a sua opinião com relação à seguintes políticas de segurança, com relação a drogas	Total	Index	policial	não policial	X2	prob
Liberação do canabidiol para uso medicinal	147	93,2%	64,7%	77,1%	3	390
Distribuição pública e gratuita de medicamentos (metadona, etc.) pelo SUS aos usuários que desejam abandonar o vício.	140	89,3%	41,2%	44,0%	5,1	274
Diferenciar melhor na legislação o usuário de drogas do traficante, bem como o pequeno do grande traficante	147	83,0%	41,2%	65,1%	6,1	190
Legalização da maconha	143	59,4%	20,6%	53,2%	24,1	0
Aumentar as restrições para o consumo de álcool	142	57,0%	23,5%	17,4%	3,4	487
PROERD - treinamento em resistência às drogas nas escolas proferido por policiais	139	37,4%	55,9%	12,8%	28,4	0
Legalização de todas as drogas	139	19,4%	5,9%	16,5%	18,1	1
Internação compulsória de usuários crônicos de drogas sem autorização da família ou do usuário	140	0,0%	23,5%	4,6%	24,8	0

Engenharia Institucional

Chamamos de engenharia institucional a criação ou alteração de instâncias e órgãos, pelo poder público, para lidar com a questão da segurança. As instituições são relevantes, pois limitam ou ampliam recursos financeiros e as possibilidades de atuação dos agentes públicos. Na esfera da segurança, as instituições estaduais são bastante consolidadas, mas no âmbito federal e municipal ainda estamos em busca de modelos adequados, uma vez que é relativamente nova a incursão destes níveis de governo na segurança. Haja vista as discussões sobre o Ministério da Segurança Pública exclusivo ou junto ao Ministério da Justiça, lugar do COAF, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Força Nacional de Segurança Pública, papel das Guardas Municipais e diversas outras que eclodiram na última década.

Há um aparente consenso entre os especialistas com relação à necessidade de integração operacional das polícias estaduais, cujo modelo bipartido é um dos únicos existentes no mundo, com deficiências notórias de eficiência, uma vez que há uma disputa velada entre as instituições. Recebe amplo apoio, em seguida, a proposta da criação de uma estrutura para cuidar dos programas de caráter preventivo, estrutura já existente em algumas polícias e guardas no Brasil. Estas subsecretarias, diretorias ou como quer que sejam chamadas, orientariam os programas preventivos eventualmente existentes nas polícias e outros órgãos.

Os CICs (Centros Integrados de Cidadania) e o fortalecimento das ouvidorias de polícia com quadro próprio de investigadores são também bastante apoiados entre os acadêmicos. Note, contudo, a diferença na opinião de policiais e não policiais com relação a esta última proposta, que tem menor adesão entre os policiais, o que é natural, uma vez que se trata de um órgão de controle externo das polícias. O entendimento entre os analistas é que as ouvidorias carecem muitas vezes de independência na medida em que dependem das próprias polícias para a condução da investigação dos abusos.

Tabela 2 - Qual a sua opinião com relação às seguintes políticas públicas, relacionadas a "engenharia institucional" ? (criação ou alteração em órgãos e instituições)	Total	Index	policial	não policial	X2	prob
Integração operacional das forças policiais estaduais no que se refere a informações, treinamentos e recursos.	144	94,4%	61,8%	70,9%	8,2	82
Nas instituições de segurança, estimular a criação de estruturas específicas (subsecretarias) para gerir programas preventivos: articulação de ações sociais com outros ministérios e secretarias das áreas de educação, saúde, cultura, esportes, habitação, et	144	88,9%	36,4%	50,5%	2,18	535
Integração dos órgãos de Justiça: criar os CICs (Centros Integrados de Cidadania), organismo descentralizado e simplificado, que integre as Polícias, Cartórios de Registro Civil, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensorias.	134	88,1%	35,5%	52,4%	6,6	156
Fortalecer as Ouvidorias de Polícia através da criação de quadro de investigadores próprios e independentes	141	80,9%	26,5%	58,9%	24,5	0
Corregedoria única com policiais e corregedores pertencendo a um quadro independente das polícias.	140	76,4%	36,4%	49,5%	7,5	109
Separação entre Secretaria de Segurança e Secretaria de Administração Penitenciária	59	74,6%	44,4%	51,2%	6	192
Carreira única nas polícias, com entrada apenas pela base da carreira	61	57,4%	36,8%	42,9%	4,4	344
Separação institucional da Polícia técnico-científica da Polícia Civil	133	54,9%	53,1%	33,7%	9,4	50
Unificação da polícia civil e militar	137	42,3%	23,5%	33,0%	10,6	31

Corregedoria única e independente e separação entre secretaria de segurança e penitenciária, modelo já adotado em diversos Estados, contam com amplo apoio dos estudiosos do tema. Atualmente os policiais alternam entre o trabalho na corregedoria e nas outras unidades. Isto tende a amenizar o rigor do trabalho das corregedorias, uma vez que numa próxima ocasião investigador e investigado podem eventualmente trocar de posição. Um quadro próprio traria maior independência e permitiria a unificação das corregedorias civil e militar.

Menos consensuais são as propostas da carreira única e da separação da polícia técnica da polícia civil (proposta que recebe maior apoio dos policiais). A unificação das polícias, que a meu ver é uma das propostas mais importantes para a segurança pública (talvez a mais importante) conta com algum apoio dos especialistas. Hoje temos duas meias polícias, ou quatro quartos de polícia, se pensarmos nas divisões entre a cúpula e a base das instituições. O apoio à unificação é menor entre os policiais, mas as diferenças não são estatisticamente significativas.

No próximo artigo, abordaremos as políticas federais de segurança e algumas sugestões de mudanças legislativas.

Túlio Kahn

Consultor sênior na Fundação Espaço Democrático e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/analises-criminais/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-6usey-emyqr-2jnyc>

